

Distrito Judicial de Évora:

Luís Rodrigues Diogo — Secretário de Justiça no Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal.

Candidatos suplentes:

Distrito Judicial de Lisboa:

Mário Eugénio Calheiros Dantas Lello, Secretário de Justiça no Tribunal da Comarca de Loures.

Luís Ilídio Rodrigues Raposo, secretário de Justiça do Tribunal da Caldas da Rainha.

António Maria de Meneses e Cunha, escrivão de Direito da Pequena Instância Cível de Lisboa.

Maria Gabriela de Sousa Bernardo, Escrivã Adjunta na Secretaria-Geral do Tribunal de Trabalho de Lisboa.

Distrito Judicial de Porto:

Armindo de Oliveira Camelo — Escrivão de Direito do TAF do Porto.

Adriano Fraga Dias — Escrivã de Direito no Tribunal de Execução das Penas do Porto.

Maria Gabriela Frias Mota — Técnica de Justiça Adjunta no Tribunal Judicial da Comarca Vila Nova De Gaia.

José Fernando Pinto Ferreira — Escrivão Auxiliar no Tribunal Judicial da Comarca de Braga.

Distrito Judicial de Coimbra:

António Marques Santos Maneca — Técnico de justiça Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Viseu.

Paulo Alexandre Mateus Silva — Técnico de Justiça Adjunto no Tribunal da Comarca de Condeixa-a-Nova.

José Manuel Malho Galo — Técnico de justiça Adjunto no Tribunal Judicial de Alcobaça.

Distrito Judicial de Évora:

Diamantino Marques Gaspar — Secretário de Justiça no Tribunal do Trabalho de Abrantes.

António Luís de Sousa Barradas — Técnico de Justiça Principal no Tribunal Judicial de Olhão da Restauração.

Lista B -Lista Independente

Distrito Judicial de Lisboa:

António José Ramos Patrício — Técnico de Justiça Auxiliar no DIAP de Lisboa 7ª Secção.

Distrito Judicial de Porto:

Manuel Vilar de Oliveira — Escrivão de Direito no Tribunal Judicial da Comarca de Ovar.

Distrito Judicial de Coimbra:

Sérgio Manuel Fernandes Nunes — Escrivão auxiliar no Tribunal Judicial da Comarca da Marinha Grande.

Distrito Judicial de Évora:

Maria Fernanda Batalha Perdigo Prego Simões — Escrivã de Direito do Tribunal de Família e Menores de Faro.

Candidatos suplentes:

Distrito Judicial de Lisboa:

José António Duarte Alexandre, Técnico de Justiça Auxiliar no DIAP de Lisboa 7ª Secção.

Cristina Maria Ribeiro de Oliveira, Técnica de Justiça principal no DIAP de Lisboa 7ª Secção.

Distrito Judicial de Porto:

Domingos Manuel Tavares Pinho — Escrivão Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Ovar.

Maria Manuela Pereira Leite Pegada Olo — Escrivã Adjunta no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real.

Distrito Judicial de Coimbra:

Maria Manuela Martinho Pereira — Escrivã Adjunta do Tribunal da Comarca da Marinha Grande.

Manuel Castanho Amado — Escrivão de Direito no Tribunal Judicial da Comarca da Marinha Grande.

Distrito Judicial de Évora:

Juan Santos Gonçalves de Sousa — Escrivão Adjunto no Tribunal do Trabalho de Faro.

Nuno Paulo Moleiro Gomes — Escrivão Auxiliar no Tribunal de Família e Menores de Faro.

Lista C — Sindicato dos Funcionários Judiciais

Distrito Judicial de Lisboa:

Diamantino de Sousa Pereira — Secretário de Justiça na Secretaria-Geral do Serviço Externo de Lisboa.

Distrito Judicial de Porto:

António Rui Viana Fernandes da Ponte — Escrivão de Direito no Tribunal de Família e Menores do Porto.

Distrito Judicial de Coimbra:

Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques — Secretário de Justiça do Tribunal da Comarca de Alvaiázere.

Distrito Judicial de Évora:

António Silvestre da Silva Nunes — Escrivão de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de Monchique.

Candidatos suplentes:

Distrito Judicial de Lisboa:

Felisbela de Carvalho Sampaio Branquinho Barradas Secretária de Justiça interina no Tribunal Judicial da Comarca do Montijo.

Nuno Gonçalo Caetano Rodrigues Silveiras Corte Real, Secretário de Justiça interino no Tribunal Judicial da Comarca de Ponta Delgada.

Distrito Judicial de Porto:

João Fernandes Pereira — Secretário de Justiça nas Varas de Competência Mista de Guimarães.

Maria Paula de Almeida Cunha — Técnica de Justiça Adjunta nos Juízos Criminais TIC e DIAP do Porto.

Distrito Judicial de Coimbra:

Fernando Manuel Fernandes Ferreira, Secretário de Justiça no Tribunal Judicial da Comarca da Mealhada.

José Fonseca — Secretário de Justiça no Tribunal Judicial da Comarca da Mangualde.

Distrito Judicial de Évora:

Maria da Conceição Sousa Moleiro Santana -Secretária de Justiça no Tribunal de Família e Menores de Faro.

Gisela Évora Escudeiro Rosa Beatriz — Escrivã de Direito no Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal.

17 de Dezembro de 2007. — A Presidente da Comissão de Eleições, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extracto) n.º 183/2008

Torna-se público que, por despacho de 28.11.2007, da directora-geral da Administração da Justiça, se encontra aberto procedimento interno de admissão para ingresso nas carreiras do grupo de pessoal oficial de justiça, cujo prazo de candidatura é de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso.

1 — Requisitos de admissão — Podem candidatar-se ao procedimento os funcionários e agentes da Administração Pública que sejam detentores do curso de técnico de serviços jurídicos, aprovado pela Portaria n.º 948/99, de 27 de Outubro.

2 — Legislação aplicável — O procedimento rege-se pelo Regulamento do Procedimento de Admissão para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Oficial de Justiça, aprovado pela Portaria n.º 1500/2007, de 22 de Novembro, bem como pelo Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 175/2000,

de 9 de Agosto, 96/2002, de 12 de Abril, 169/2003, de 1 de Agosto e pela lei nº 42/2005, de 29 de Agosto.

3 — Procedimento de Admissão:

3.1 — O procedimento de admissão é composto por uma prova escrita de conhecimentos, cujo programa consta do anexo II ao presente aviso.

3.2 — A prova escrita é classificada numa escala valorimétrica de 0 a 20 valores, sendo excluídos os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.

3.3 — A prova escrita terá lugar nas seguintes localidades: Funchal, Lisboa, Ponta Delgada e Porto, sendo a hora, os locais onde a mesma se realizará e a sua duração divulgados aquando da publicação da lista dos candidatos admitidos e não admitidos.

3.4 — A validade da prova é de três anos, contados a partir da data da publicação da lista dos candidatos aprovados e excluídos.

4 — Composição do júri.

Presidente: João Manuel Calado de Jesus Cabrita, subdirector-geral Vogais efectivos:

Helena de Almeida Esteves, directora de serviços de recursos humanos, que substituirá o presidente nas suas ausências e impedimentos

Carlos Alberto da Silva Correia, chefe de divisão de gestão de recursos humanos

Maria Cristina de Almeida Mendes, assessora principal

Carlos Alberto da Costa Caixeiro, formador-coordenador

Rui Manuel Abranches Timóteo, formador-coordenador

Elisabete de Jesus Abreu da Fonseca Pires, formadora-coordenadora

Vogais suplentes:

Lourenço António Lopes Torres, chefe de divisão de administração dos funcionários de justiça

João Virgolino de Sousa Pereira, formador-coordenador

Maria Manuela dos Santos Henriques Neves, técnica superior principal

José Inácio Pires Lopes, oficial de justiça

Sandra Cristina de Freitas Henriques, oficial de justiça

Maria de Fátima Ferreira da Conceição, oficial de justiça

5 — Formalização das candidaturas e admissão dos candidatos:

5.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido à directora-geral da Administração da Justiça, de acordo com a minuta publicada no anexo I ao presente aviso de que é parte integrante.

Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Documento emitido pelo organismo ou serviço onde prestam funções que, inequivocamente, comprove a natureza do vínculo, a categoria profissional, bem como a antiguidade na categoria, carreira e função pública;

b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias (que comprove a titularidade do curso de técnico de serviços jurídicos);

c) Fotocópia do bilhete de identidade.

A não apresentação dos documentos exigidos nas alíneas a) e b) do número anterior determina a não admissão ao procedimento.

Os requerimentos de candidatura e demais documentos exigidos deverão ser entregues pessoalmente na Direcção-Geral da Administração da Justiça, sita na Avenida 5 de Outubro, n.º 125 — 1069-044 Lisboa ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, para o mesmo endereço, até ao termo do prazo para apresentação das candidaturas atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

5.2 — A lista de candidatos admitidos e não admitidos ao procedimento é publicada na 2.ª série do *Diário da República*.

6 — Candidaturas ao abrigo do artigo 31º do Estatuto dos Funcionários de Justiça

A este procedimento poderão igualmente candidatar-se os funcionários dos quadros de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça e das Instituições Judiciais, desde que:

a) Sejam detentores do 11º ano de escolaridade ou equiparado;

b) Possuam três anos de serviço efectivo;

c) Tenham obtido no ano de 2006 a avaliação de Muito Bom.

6.2 — Os funcionários do quadro da Direcção-Geral da Administração da Justiça estão dispensados de entregar a declaração exigida na alínea a) do ponto 4.1 do presente aviso.

6.3 — Os funcionários dos quadros de pessoal das Instituições Judiciais estão dispensados de entregar a declaração exigida na alínea a) do ponto 4.1 do presente aviso, desde que o respectivo processo individual se encontre na Direcção-Geral da Administração da Justiça.

6.4 — Os funcionários do quadro da Direcção-Geral da Administração da Justiça e das Instituições Judiciais cujo processo individual se encontre na Direcção-Geral da Administração da Justiça estão dispensados de entregar o certificado de habilitações exigido na alínea b) do ponto 4.1 do presente aviso, desde que no mesmo conste certificado que, de forma inequívoca, comprove que são detentores do 11º ano de escolaridade, ou equiparado.

7 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei geral.

13 de Dezembro de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

ANEXO I

Minuta de Requerimento a que se refere o 5.1 do presente aviso (papel formato A4)

Nome:

Data de nascimento:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Bilhete de identidade: número/ data de validade/serviço emissor

Organismo onde exerce funções:

Categoria:

Habilitações Literárias:

Morada (para onde deve ser remetido o expediente relativo ao procedimento, a qual deverá ser actualizada sempre que venha a ser alterada):

Telefone/telemóvel:

Localidade onde pretende realizar a prova escrita de conhecimentos (indicadas no 3.3):

Vem por este meio requerer a V. Ex.ª se digne admiti-lo(a) ao procedimento interno de admissão para ingresso nas carreiras do grupo de pessoal oficial de justiça, aberto por aviso publicado no D.R. n.º ..., de.../.../...

Junta os seguintes documentos:.....

Pede deferimento.

(data)

(assinatura)

ANEXO II

Programa da prova escrita de conhecimentos

Processo civil: Noções gerais

Princípios fundamentais

Pressupostos processuais

Classificação das acções quanto ao objecto e à forma

Actos processuais em geral

Da instância:

Início, desenvolvimento e extinção

Incidentes — noções gerais

Procedimentos cautelares — noções gerais

Formas de processo:

Noções elementares sobre a tramitação do processo declarativo comum

Noções elementares sobre a tramitação do processo executivo

Processo penal: Princípios gerais

Sujeitos do processo — do juiz e do tribunal, do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal, do arguido e do seu defensor, do assistente e das partes civis

Actos processuais em geral

Noções elementares sobre:

Meios de prova

Medidas de coação e de garantia patrimonial

Fases processuais: Inquérito, instrução e julgamento

Formas de processo: comum e especiais

Custas: Noções sobre custas e isenções

Custas cíveis, criminais e outras

Taxas de justiça e encargos

Pagamento de custas e multas

Actos avulsos

Organização Judiciária e Regime Jurídico dos funcionários de justiça:

Órgãos de soberania

Ano judicial e férias judiciais

Divisão judicial e categorias de tribunais

Composição e competência dos tribunais

Tribunal colectivo, singular e de júri

Serviço urgente: turnos
 Magistratura Judicial: Composição
 Conselho Superior da Magistratura: Noções genéricas
 Magistratura do Ministério Público: Competência do Ministério Público
 Agentes do Ministério Público
 Representação do Ministério Público nos Tribunais
 Secretarias judiciais e funcionários de justiça: Hierarquia nas secretarias judiciais
 Composição e competências das secretarias
 Funcionários de Justiça: estruturação em grupos e carreiras
 Noções genéricas sobre direitos, deveres e incompatibilidades dos funcionários de justiça
 Noções genéricas sobre classificações de serviço e regime disciplinar dos oficiais de justiça
 Gestão dos funcionários de justiça
 Regime de férias, faltas e licenças dos funcionários de justiça

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Aviso n.º 184/2008

Concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de especialista estagiário para o Departamento de Perícia Financeira e Contabilística (Directoria de Faro)

1 — Nos termos do disposto no n.º 2, alínea b), do artigo 34º e n.º 2 do artigo 35º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos admitidos ao concurso externo de ingresso para provimento de 2 lugares de especialista estagiário, para o Departamento de Perícia Financeira e Contabilística (Directoria de Faro), do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de Fevereiro de 2007, ficam notificados que a prova escrita de conhecimentos específicos, referida no n.º 7 do aviso de abertura do concurso, terá lugar no dia 19 de Janeiro de 2008, às 10 horas.

2 — Local para a realização da prova:
 Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Santo António
 Rua Reitor Teixeira Guedes
 8000-425 Faro

3 — Os candidatos deverão comparecer no respectivo local, quinze minutos antes da hora indicada no n.º 1 do presente aviso, bem como deverão apresentar-se munidos de Bilhete de Identidade ou outro documento de identificação autêntico, com fotografia;

4 — Para a prova escrita de conhecimentos específicos, os candidatos poderão levar para consulta o Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro (Lei Orgânica da Polícia Judiciária) e o Plano Oficial de Contabilidade (POC). É admitida a utilização de máquina de calcular.

5 — Mais se informa os candidatos, que a indicação da sala onde prestarão a respectiva prova deverá ser consultada na página oficial da Internet desta Polícia Judiciária [www.pj.pt], que será divulgada a partir da data da publicação do presente aviso.

18 de Dezembro de 2007. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios

Aviso n.º 185/2008

Requisição/Transferência de Licenciados em Direito

1 — O Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios pretende recrutar, por requisição ou transferência, licenciados em Direito, de entre pessoal com vínculo à Administração Pública Central.

2 — Prazo de apresentação das candidaturas — 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso.

3 — Área funcional — Consultadoria Jurídica no âmbito dos Meios de Resolução Alternativa de Litígios

4 — Local de trabalho — Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, em Lisboa.

5 — Remunerações, regalias sociais e condições de trabalho — o vencimento é o correspondente ao escalão aplicável ao funcionário requisitado/transferido, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro. As regalias sociais e as condições de trabalho são as, genericamente, vigentes para a função pública.

6 — Apresentação das candidaturas

6.1 — Requerimento dirigido ao Director do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, dele constando os seguintes elementos:

a) Nome, residência, código postal, telefone e número e data do bilhete de identidade;

b) Indicação da categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo.

6.2 — Outros documentos a juntar ao requerimento:

a) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado;

b) Declaração emitida pelo serviço de origem, da qual conste a natureza do vínculo, a carreira e categoria em que está inserido.

6.3 — Entrega da candidatura: pessoalmente ou pelo correio, sob registo com aviso de recepção, para a Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Recursos Humanos, com a menção exterior de Requisição/transfêrencia de licenciados em Direito, Av. Duque de Loulé, n.º 72, 1050-091 Lisboa.

7 — Método de selecção — Os métodos de selecção a utilizar são:

a) Avaliação curricular (1ª fase);

b) Entrevista (2ª fase).

18 de Dezembro de 2007. — O Director, *Filipe Lobo d'Ávila*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 379/2008

Por despacho do Presidente deste Instituto, de 3 de Dezembro de 2007, foi Maria Manuela da Conceição Lucas, escriturária na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo do município da Mealhada, ficando integrada na Conservatória do Registo Predial de Anadia, com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2007.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

18 de Dezembro de 2007 — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Geral

Despacho n.º 380/2008

1. Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 9º, da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e no artigo 35º a 40º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo nos seguintes dirigentes intermédios de 1.º e 2.º grau, a competência para assinar correspondência ou outro expediente necessário à mera instrução dos processos que corram termos nas respectivas unidades orgânicas:

Directora de Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial — Paula Cristina Teixeira Gonçalves;

Directora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Modernização e Qualidade — Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha;

Directora de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas — Maria da Conceição Rosado Fonseca,

Chefe da Divisão de Administração de Sistemas de Informação — Paula de Jesus Mira Rebola Vieira.

2 — Delego ainda:

2.1 — Na Directora de Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial — Paula Cristina Teixeira Gonçalves, as competências para:

a) Autorizar as despesas com empreitadas de obras públicas e com locação de bens e serviços, até ao limite de 4987,97 €, relativamente ao orçamento da Secretaria-Geral;

b) Autorizar as minutas dos contratos relativos à aquisição de bens e serviço até aos montantes delegados;

2.2 — Na Directora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Modernização e Qualidade — Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha, as competências para:

a) Assegurar os aspectos de natureza processual posteriores à decisão de abertura de concursos de pessoal que não constituem competência do respectivo júri;